



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobretudo, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Data de aceite: 13/04/2020

Vandeir Robson da Silva Matias

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- Departamento de Geografia e História
Belo Horizonte-Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/2513820145918007>

Matusalém de Brito Duarte

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais- Departamento de Geografia e História
Belo Horizonte-Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1470945463113756>

RESUMO: Atualmente a cidade é uma cibercidade, repleta de redes de telecomunicações, informática e informações *on-line*, existindo assim um movimento de virtualização do urbano que interfere na sua organização e planejamento. Nessa lógica de democracia eletrônica, o computador e a internet são antes de tudo operadores para potencialização da participação. A investigação desse processo, pelo conceito de *phármakon* (“remédio” e/ou “veneno”) em Belo Horizonte, constatou o advento de um novo tipo de democracia e espaço público ligado à tecnologia, todavia percebe-se que essa nova democracia é tão incompleta quanto

a tradicional com: número de participantes reduzido, apatia política, escassez de recursos para participação e deficiência de informação. Observou-se que na realidade, governo eletrônico e a ciberdemocracia são inovações do governo, ainda sem a devida solidez.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Política, Gestão urbana e Planejamento.

ELECTRONIC DEMOCRACY AND URBAN TERRITORIAL MANAGEMENT IN BELO HORIZONTE-MG

ABSTRACT: Currently the city is a cybercity, full of telecommunications networks, computer and information online, so there is a movement of urban virtualization that interferes with your organization and planning. In this logic of electronic democracy, the computer and the internet are primarily operators for potentiation of participation. The investigation of this process, the concept of *pharmakon* (“medicine” and / or “poison”) in Belo Horizonte, found the advent of a new kind of democracy and public space connected to technology, yet it is clear that this new democracy is so incomplete as traditional: reduced number of participants, political apathy, lack of resources for participation and disability information. It was observed that in fact, e-government and government innovations cyberdemocracy are still without proper strength.

KEYWORDS: Democracy, Politics, Urban Management and Planning.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto da ciberdemocracia, a sociedade utiliza elementos vinculados às tecnologias da comunicação e informação (TIC) para atuar nas questões ligadas à gestão do espaço. Os sistemas técnicos aplicados à gestão pública favorecem a participação, a transparência¹ e a busca de informações. O ciberespaço é repleto de fábulas e mitos. E nele as pessoas não estão coesas sob uma única entidade, até porque há exclusão no espaço virtual, nem todos os pontos e ações coletivas estão conectados em rede.

Essa hipernovidade tal como pontua Boaventura de Sousa Santos (2008), nos remete ao *phármakon*, que é um termo grego que denota certa ambiguidade por significar “remédio” e/ou “veneno”. Nesse contexto, o que o governo oferece na democracia eletrônica, com teor de “remédio”², é a flexibilização da gestão urbana e a possibilidade de participação cidadã direta. Entretanto alguns pesquisadores³ mais cautelosos entendem que existe na verdade um *phármakon* “veneno”, porque a democracia eletrônica não agregaria cidadãos excluídos digitalmente e favoreceria a redução dos espaços públicos de atuação da política tradicional. Segundo Bauman (1999):

O *phármakon*: termo genérico grego que inclui tanto os remédios quanto os venenos. (...) *Phármakon*, por assim dizer, é “a polissemia regular, ordenada que, por desvio, indeterminação ou sobre determinação, mas sem erro de tradução, permitiu passar a mesma palavra como remédio, receita, veneno, droga, filtro, etc.” Por causa dessa capacidade, *phármakon* é, antes e, sobretudo, poderoso porque ambivalente e ambivalente porque poderoso. “Ele participa tanto do bem quanto do mal, do agradável e do desagradável.” *Phármakon*, afinal, “ não é nem remédio, nem veneno, nem bom, nem mau, nem interior nem exterior”. *Phármakon* consome e suprime a oposição a própria possibilidade de oposição (BAUMAN, 1999b, p. 64-65).

Se *phármakon* pode ser entendido como “remédio” e/ou “veneno”, a doença da democracia tem como principais causas a apatia política, a corrupção e a falta de participação. Nesse contexto, o “remédio” é algo que combate um sintoma negativo do corpo, como dor e doença, todavia também pode significar um recurso ou uma solução. O “veneno” é algo que causa um distúrbio e prejudica o organismo, tendo consequências que podem ser malignas e levar à morte. O “veneno” é ministrado às

1 Transparência é entendida como a capacidade do governo, dos governantes e dos representantes em tornar claro e inteligível todo e qualquer trâmite, processo ou decisão relativos à gestão pública, BATISTA (2009, p.36).

2 O remédio propiciado pelas TICs pode produzir novas organizações que compartilham o poder e uma nova invenção da ordem política, daí uma reengenharia política pautada na flexibilização e colaboração (EGLER, 2007, 171-191).

3 Wilson Gomes, Rafael Sampaio, Doreen Massey, Martin Ferguson entre outros.

vezes intencionalmente ou ocorre por uma dosagem excessiva de um determinado “remédio”. Nesse cenário, questiona-se se a democracia eletrônica, mal ministrada ou ministrada em excesso, levaria ao colapso do organismo político-social. Segundo Coura (2007) o *phármakon* supõe a existência de uma fronteira tênue entre a cura e a intoxicação. Pode ser entendido como droga ou tintura, que modifica uma estrutura, fazendo uma determinada forma ou situação parecer outra. Por fim, temos o *phármakon* como objeto numinoso, que lembra algo mágico ou como uma característica especulativa.

Percebe-se a possibilidade de um modelo de governo eletrônico participativo que propicie interação entre os agentes políticos. E tal modelo existe porque há uma crise do Estado (ingovernabilidade) e uma condição humana vinculada à tecnologia, configurando-se quase como uma exigência dos tempos atuais.

O objetivo desse artigo é, pois, investigar o universo da ciberdemocracia pela lógica do *phármakon* e possíveis alterações na gestão urbana participativa a partir dos sistemas de engenharia imateriais. Eis as questões que nortearam esse artigo: A invenção da democracia eletrônica pode ser entendida como *phármakon* em quais momentos? Em quais momentos da gestão urbana é “remédio” ou “veneno”?

2 | METODOLOGIA

No contexto da proposta, será desenvolvida uma reflexão crítica sobre a aplicação da tecnologia no mundo contemporâneo e o seu uso pelos atores sociais, tendo como pano de fundo a relação entre internet e a reengenharia política na cidade de Belo Horizonte. Como o foco é democracia eletrônica, buscou-se analisar os relatórios dos últimos orçamentos participativos digitais da cidade de Belo Horizonte nos anos de 2006, 2008 e 2011. Com o desenvolvimento dessa metodologia buscar-se-á compreender as transformações no espaço geográfico, pelo viés da democracia eletrônica enquanto categoria de análise *phármakon*, abordando seus problemas teóricos e epistemológicos, além dos impactos na gestão urbana participativa. O que predomina na democracia eletrônica: o “remédio” ou o “veneno”?

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O espaço urbano da governança e ingovernabilidade

A cidade representa a própria metamorfose do espaço geográfico ao imprimir novos conteúdos, formas, valores e símbolos. Vale ressaltar que o espaço não é livre, pois hoje se fecha tudo, ruas, praças, entre outros, restringindo cada vez mais a sua utilização para o convívio público. A privatização do espaço é, assim, cada vez mais

recorrente na sociedade contemporânea, o que gera problemas de cunho político, pois estamos assistindo a uma limitação da unidade central para o engajamento cívico de coletivos inteligentes desde a antiguidade. De acordo com Matos (2010):

A origem remota das experiências democráticas teve, portanto, como palco principal um espaço geográfico particular: a cidade, em especial as cidades gregas da Antiguidade. Pode-se cogitar que houvesse uma obviedade implícita entre democracia e um tipo de território de muito valor cujo sítio e edificações todos se obrigavam a defender, o que fundamentaria a ideia de *pólis*⁴ e o amor à coisa material (MATOS, 2010, p.2).

Para Massey (2008), as cidades são os lugares que constituem o maior desafio para a democracia, pois são peculiarmente grandes, intensas e heterogêneas, e ainda constituem constelações de trajetórias que exigem uma negociação complexa. Contudo, a multiplicidade e o antagonismo são da natureza de todos os lugares, o que faz surgir à necessidade do caráter político. A democracia está vinculada à conquista do ambiente social, que por sua vez apresenta uma complexidade intrínseca. Nesse ambiente, o cidadão possui direitos e deveres que se manifestam na organização e na busca pelo espaço urbano de qualidade. Essa busca manifesta-se na procura pela ética na sociedade. Massey (2008) diz que o tempo, entendido como velocidade de transporte e comunicações, reduz e às vezes aniquila alguns efeitos da distância. Observa-se que o que está sendo expandido é o espaço (enquanto distância), contudo o espaço não é redutível à distância. Conquistar a distância então não aniquila, de forma alguma, o espaço, mas levanta novas questões sobre a configuração da multiplicidade e da diferença. Por outro lado, vê-se que a velocidade dos transportes e as novidades da comunicação trouxeram o isolamento das pessoas e uma visão de espaço purificado da Net.

Na atualidade, percebe-se que o foco da administração é a governança. Por outro lado, na cena democrática não aparece muito a palavra ingovernabilidade, ligada a atos de um governo que não consegue angariar medidas satisfatórias que supram os anseios da população e que não consegue executar os fundamentos básicos de um governo, gerando problemas de ordem e estabilidade socioeconômica. Nessa premissa, a governabilidade nunca existiu, ou existiu de maneira incompleta dada à deficiência da nossa cidadania. A boa governança também está associada à identidade coletiva; deliberações que legitimem as ações políticas estatais; sistema político eficiente e responsável; primado da ética na gestão de recursos públicos; reconhecimento por parte de uma comunidade política de uma responsabilidade compartilhada e outorga de necessárias competências aos órgãos estatais incumbidos de prevenir e combater a corrupção (SOARES, 2008).

A ingovernabilidade associa-se a crise de gestão do governo e a consequente

4 Há algumas associações óbvias entre os vocábulos *polis* e política. Menos óbvia é a associação entre *polis* e cidade, particularmente cidade-Estado, daí política ser a arte de governar a cidade.

falta de apoio aos cidadãos que querem participar da dinâmica daquilo que diz respeito à organização de uma cidade, por exemplo, acarretando crise de legitimidade e o estabelecimento de uma relação disfuncional (OROZCO, 1996). A tendência de falar na boa governança representa, na verdade, a busca pela legitimidade e manutenção da autoridade, a fim de organizar o caos e os problemas verificados no ambiente urbano, sobretudo nas grandes metrópoles. As diretrizes da boa governança, por sua vez, estão pautadas no cumprimento da lei fiscal, *accountability*, liberdade de expressão, participação política, responsabilidade socioambiental, entre outras variáveis. E objetivando garantir uma boa governança, surge no Brasil o Estatuto da cidade. Essa é uma estratégia de sobrevivência política do Estado que tenta resguardar a participação como *phármakon* remédio, fator de eficiência e eficácia, estabelecendo um governo aberto, forte e descentralizado (SOUZA, 2006). A governabilidade torna-se assim o estabelecimento da ordem frente à descrença de grupos sociais em relação ao Estado capitalista. Nesse ambiente investe-se em política de governança eletrônica, desenvolvimento local e participação popular, quando as políticas de governança eletrônica tratam das conexões governantes e governados e do produto dessa relação para o espaço público/urbano, por mecanismos eletrônicos de interação virtual.

3.2 Internet e espaço urbano e política nos espaços públicos

As Tecnologias da informação e comunicação (TICs) aplicadas ao engajamento cívico criam novas práticas que redefinem a forma de fazer política. Além disso, redefinem as agendas e metodologias até então utilizadas no espaço público. Assim, um dos objetivos do advento da internet na política é garantir acesso ao processo democrático para aqueles que, por algum motivo, não participam das decisões em assembleias nos momentos sugeridos.

No entanto, sabe-se que a disseminação da tecnologia não garante o seu acesso, pois em várias partes do mundo, um quantitativo considerável não possui nem as condições básicas de saneamento, alimentação, moradia, saúde entre outros bens caros ao bem estar de qualquer indivíduo. Embora as tecnologias da informação e comunicação façam parte do nosso universo em várias situações cotidianas, elas possuem um custo oneroso, principalmente aquelas que são mais sofisticadas. A internet parece resgatar a centralidade da ação humana através de práticas comunicativas. Por outro lado, o processo de informatização da máquina pública entre outros fatores busca uma maior eficiência e racionalidade do trabalho governamental. Assim, observa-se um processo de inovação tecnológica na sociedade capitalista, no qual segundo Silva e Tancman, (1999, p. 64) a “(...) cidade eletrônica não implica um controle centralizado, e sim uma desordem expressa em

múltiplas conexões heterárquicas.”

As TICs viabilizam a comunicação e proporcionam voz aos cidadãos. O uso da internet, por exemplo, permite monitorar os processos eleitorais, gerando um maior *accountability* contra fraudes eleitorais. Na esfera do executivo, a internet facilita o acesso a informações fiscais e burocráticas, além de possibilitar a fiscalização de obras e consertos agendados pelo poder público.

De acordo com Maia (2006) para aqueles que detêm a tecnologia, a participação e a vida coletiva acontecem sob novas dinâmicas e com um viés mais democrático. Nesse sentido, a relação internet e política, propiciou o aparecimento de listas de discussões, fóruns *on-line*, parlamentos populares digitais, consulta pública, sondagens eletrônicas, divulgação de informações governamentais via e-mail, atividades de lobby eletrônico, etc. Uma visão secundária da internet, por sua vez, está ligada ao processo de desburocratização da governança, utilizando-se do princípio da reforma da administração pública. Tal processo desburocratizante promove a aquisição de bens e serviços, prestação de contas públicas, busca a formulários eletrônicos, certidão negativa de débito, monitoramento orçamentário, informações governamentais, desenvolvimento de licitações, etc.

Verifica-se que a contribuição da internet na governança eletrônica refere-se a sua capacidade de simplificar e agilizar os serviços burocráticos, já que ela é capaz de ajudar a resolver problemas como o das filas nas repartições públicas (CEPIK e EISENBERG, 2002). Nota-se, entretanto, que a falta de cultura política e o egoísmo impedem o maior engajamento das pessoas em prol de uma visão coletiva fortalecida por laços de solidariedade e identidade com o próprio espaço. E pensar a internet como procedimento que garantirá soluções rápidas para que todos possam organizar sua vida individual é um equívoco, porque ela surge apenas como suporte para os processos políticos democráticos, tendo como função complementar o que existe no convencional e reforçar o espaço público em prol das inteligências coletivas da sociedade da informação. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2008):

A internet, ao permitir a comunicação de muitos, contém um potencial revolucionário, na medida em que, através dela, os cidadãos e os movimentos sociais de todo o mundo podem pôr-se em contacto e comunicar-se com autonomia em relação às mensagens oficiais dos governos, das organizações políticas tradicionais e dos grandes media globais (SANTOS, 2008, p.308).

Santos retrata uma visão da internet enquanto procedimento que visa garantir um aparente consenso sobre assuntos de interesse público. Gomes (2006, p.189), entretanto, estabelece uma visão mais complexa, na qual a cidade é entendida na prática cotidiana onde se estabelece um pacto social comunicativo experienciado concretamente nos espaços de convivência social, sobretudo nos espaços públicos, que possuem normas, comportamentos, limites de práticas e negociações de

interesses. Portanto, são as práticas que caracterizam os espaços públicos da cidade. Da relação internet e política, percebemos o aumento da proximidade espacial, no âmbito da distância entre cidadãos e Estados ou governados e governantes. Dita relação tem como objetivo tentar tornar parte do poder invisível, em poder visível. E para que isso ocorra a participação, a inclusão digital, assim como uma alfabetização para democracia eletrônica são fundamentais.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando os Orçamentos participativos digitais (OPDs) em Belo Horizonte (2006, 2008 e 2011) constatou-se com uma arquitetura digital mais complexa e com mais recursos participativos (fóruns, *chats*, debates, entre outros), a rede comunicacional foi mais intensa em 2008 e 2011, o que não garantiu maior participação da população. Contudo, observou-se que a possibilidade de elaborar um conhecimento mais apurado que garantisse a participação de qualidade foi uma das preocupações técnicas do OPD 2008. Já os principais problemas apresentados por Dictson e Ray (2002) sobre a desvantagem do voto pela internet são os seguintes: segurança, exclusão social, desilusão cívica, desconfiança, gargalos (capacidade de rede) e limitações eletrônicas (desenvolvimento de tecnologia da informação-TI para governo eletrônico). Entre as dificuldades apresentadas, a mais visível no modelo de democracia eletrônica em Belo Horizonte foi a desilusão cívica. Apesar de ter-se verificado uma participação maior em termos quantitativos no OPD 2006, 2008 e 2011 em relação ao presencial, a participação em certa medida deixa de ser um evento comunitário, um ritual⁵, uma cerimônia que agrega parte dos cidadãos.

A participação cívica e o engajamento político referem-se à predisposição dos cidadãos em atuarem coletivamente a partir do momento que exista um objetivo comum. Tal predisposição foi encontrada no OPD 2008, pois as obras em destaque eram regionais e não mais locais como aconteceu em 2006 e 2011, fato esse que representou o direcionamento dos votantes para uma determinada prioridade e ao mesmo tempo uma maior dispersão da população nesse processo democrático.

O combate à apatia política é, pois, reforçado pela participação cidadã estendida ao *accountability* o que gera maior confiança. Entretanto, há uma aresta estabelecida tanto por parte do Estado quando não institui a prestação de contas atualizada sobre as obras, quanto por parte da população que não procura tais informações. Nessa dinâmica, percebem-se momentos de conexão e outros de desconexão entre cidadãos e Estado, tais como:

5 O ritual não é apenas a sensação do estar junto, mas é um momento de solidariedade, que reconhece no outro a sua causa, é um mecanismo psicológico que motiva os participantes em uma atividade política. Nessa perspectiva, os encontros presenciais foram determinantes para a vitória dos ativistas no Egito pelo fim da ditadura, pois houve o reforço da luta comum e da identidade coletiva territorial/local.

- Na confusão entre maior participação e melhor participação.
- Na insuficiência de investimentos voltados a promoção, divulgação e disseminação da informação governamental de domínio público ainda centralizada nas mãos de poucos.
- Nas ações de empoderamento coletivo associadas a internet, *vis-à-vis* o interesse da gestão governamental. A política da democracia eletrônica em Belo Horizonte apresenta uma relação intrínseca entre comunicação, política e território, mediada pelas TICs com momentos de mobilização presencial.

Nesse sentido, estudos sobre novas tecnologias e democracia deliberativa apontam para a constatação de que, quando adequadamente estruturados e utilizados, os recursos e dispositivos oferecidos pela internet, podem colaborar para elaboração de novas práticas políticas pela população, aproximando-se de um “remédio” para a governança pública participativa. Já segundo Vaz (2007), o uso da internet e do governo eletrônico é vislumbrado como mecanismos de impactos positivos nos governos municipais, propiciando novas ferramentas de gestão urbana, disponibilidade de informação, aumento da eficiência das políticas públicas, novas oportunidades de interatividade, e, por conseguinte novos espaços para a promoção da cidadania. Vale ressaltar que, uma democracia de cunho eletrônico deve proporcionar, no mínimo, a oferta de informações, prestação de contas, mecanismos de comunicação, chamadas deliberativas frequentes de interesse comum, levando em conta os direitos políticos⁶, civis⁷ e sociais.⁸ Nesse contexto, as questões sobre esse tipo de democracia emergem e ficam várias dúvidas; tais como: em que contexto essa dinâmica vai ocorrer? Quem irá disseminar e utilizar as informações? Quem controla o *accountability*? Imersa em um ambiente presencial de dúvidas, os pesquisadores da democracia eletrônica se veem instigado a refletir sobre essas questões, embora o “remédio” se sobressaia nas teorias do uso das TICs na sociedade atual.

O prenúncio do caos ou a confirmação da ingovernabilidade engendraram o surgimento da governança eletrônica. A aposta nesse “remédio” foi pensada e articulada pelas políticas do Estado a fim de resgatar a boa gestão urbana e os atos participativos, dos quais a sociedade é tão carente, principalmente no conflito da democracia representativa. É provável que a internet torne o processo político mais prático, ao permitir verticalização na resolução de problemas voltados para a localidade

6 Considera-se direito político aquele relacionado com a participação nos processos decisórios. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia política. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 338p.

7 Considera-se como direito civil aquele relacionado com a liberdade de opinião e expressão. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia política. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007,338p.

8 Consideram-se como direitos sociais aqueles relacionados com o bem-estar socioeconômico. BITTAR, Eduardo C.B. Curso de filosofia política. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007, 338p.

onde os cidadãos vivem. Como é sabido, a interação política, é uma forma de ampliar o poder popular, mediante exposições de convicções, posições e vontade a respeito das matérias públicas, além de contribuir com a formação de cidadãos ciosos da sua força política e cientes das obrigações democráticas, (WILSON GOMES, 2005). É certo que o advento da internet incrementou as relações e o cotidiano dos cidadãos, mas os otimistas exageram nos seus benefícios principalmente quando o assunto diz respeito às possibilidades introduzidas pela rede mundial de computadores na participação democrática. Assim, segundo Ribeiro et al (2007, p. 57), “a internet aproxima a população de seus governantes, podendo o indivíduo, (...) opinar de forma direta, como, por exemplo, na formulação de planos diretores e orçamentos de municípios e estados brasileiros.”

Recentemente, em Belo Horizonte, houve a criação de um plano metropolitano⁹ para a RMBH, com o intuito de agregar propostas ao planejamento regional sustentável e integrado para a capital mineira e seu entorno. No eixo de “acessibilidade” encontra-se o *phármakon* remédio quando se diz que: “A *política Integrada Metropolitana de Democracia eletrônica*”, objetiva ampliar a política de integração dos cidadãos e representantes, ou seja, criar um ambiente em rede a partir da técnica para fortalecer os laços, resultantes da criação de “*espaços digitais consultivos, deliberativos e decisórios*” (UFMG: Plano Metropolitano RMBH, 2010). Os benefícios do uso da internet como “remédio” são reforçados por Maia (2002):

A internet reduz os custos da participação política e pode proporcionar um meio de interação através do qual o público e os políticos podem trocar informações, consultar e debater, de maneira direta, contextualizada, rápida e sem obstáculos burocráticos (MAIA, 2002, p. 47)

Assim, a administração do “remédio” da democracia eletrônica torna-se utilizado na produção do espaço, porque teoricamente ele surge um ambiente rico de expectativas relativas a gestão e o planejamento urbano nas cidades. Além disso, promove uma sensação de liberdade, participação e afirmação do direito de ter direito, pois, acredita-se que quanto mais direto for o exercício do poder político, maior a capacidade democrática de o governo aproximar-se da vontade popular (DIAS, 2002). Embora os cenários virtuais sejam independentes e complementem a vida urbana, eles não substituem o poder do Estado. Contudo, as cidades estão se fragmentando, pois o espaço de fluxo e o espaço de lugares estão criando novas noções de unidade, de identidade e de localização diferenciadas. Entretanto, a administração pública apresenta à sociedade um discurso de que o governo eletrônico gera um baixo custo na prestação de serviços *on-line*, tendo em conta pesquisas realizadas nesse campo, Ferrer (2009) e Chahin (2004).

9 Para mais informações acessar www.rmbh.org.br. Acesso em 21 de Fev. de 2011.

Tal procedimento da administração pública contraria dois dos grandes “remédios” da ciberdemocracia, quais são:

- agregar valor ao caráter pedagógico dos processos de participação cidadã no planejamento urbano;
- reforçar a possibilidade de maior participação qualificada.

Esses “remédios”, fomentam o aprendizado, a medida que as experiências se aprofundem, ao incrementarem conhecimento de mecanismos de decisão pública e de percepção dos atores sociais em relação às instituições públicas. Assim, configura-se a prática do aprender a participar, participando (DIAS, 2002). Quando o indivíduo reconhece os efeitos de sua participação isso o motiva. Nesse sentido, Aléxis de Tocqueville, na sua obra sobre a Democracia da América, já apresentava a participação como superação do individualismo e egoísmo. Contudo, o OPD não resolve a reduzida abrangência de recursos. O caráter imaterial da democracia amplia as formas de atuação do indivíduo na esfera pública, mas não elimina as ambiguidades e as vulnerabilidades na sua estrutura da participação eletrônica. Nesse sentido, a análise do governo local de Belo Horizonte o qual utiliza procedimento virtual participativo, apresentou uma gama de números e serviços eletrônicos, cuja avaliação qualitativa deixa a desejar. De fato, a democracia eletrônica proposta aumentou a participação, mas ela não integrou os excluídos como moradores de rua. Apesar disso, observou-se que surgiu na capital mineira um espaço público diferente, que possui a tendência de complementação ao espaço presencial. Assim, o espaço metamorfoseou-se em alguns momentos tornando-se um ciberespaço voltado para os exercícios da cidadania e democracia.

A democracia eletrônica pretende e começa a atuar nessa esfera, mas não de forma frequente, conforme se observou nas análises realizadas. Questiona-se dessa forma até que ponto a relação entre internet e política apresenta-se como um fetiche para governança e se o uso da tecnologia ampliou o engajamento de qualidade dos cidadãos nas matérias referentes à cidade. Já Guattari (1993), apesar de argumentar que a sociedade encontra-se na “idade da era da informática”, mostra uma postura pessimista, pois ressalta que as possibilidades trazidas pela revolução da informática reforçam os sistemas anteriores, criam alienação da população, oprimem e geram política infantilizantes. Para ele, é como se nada tivesse mudado com o advento das TICs, pois não são as tecnologias que vão determinar uma nova configuração reterritorializada. O que é essencial para ele é “reapropriação coletiva dos novos agenciamentos sociais.” (GUATTARI, 1993, p. 187).

Os efeitos do “veneno” da democracia eletrônica aparecem no meio da trajetória. Nesse contexto, os ciberotimistas devem lembrar que participação *online* não é a mesma coisa que participação *offline*, pois os riscos e os engajamentos são

diferenciados. Em uma situação presencial, a exposição é maior, os efeitos são mais fortes, as relações mais consolidadas. Souza (2006) complementa e diz que:

(...) a criação de institucionalidades e rotinas que favoreçam a participação popular, uma maior justiça social e uma melhor qualidade de vida exige uma “especialização” adequada, em matéria de malha territorial, de formas espaciais (locais de assembleia e reunião, por exemplo), de incorporação e valorização de sentimentos de lugar, de eliminação de signos opressores (racistas, sexistas, de classe) inscritos na paisagem (SOUZA, 2006, p. 112).

Já Massey (2008) alerta para a possibilidade de superação eletrônica da divisão social, ressaltando o fim das limitações da geografia e do tempo. Nesse discurso, a materialidade opõe-se à virtualidade, pois à medida que nossas comunicações à longa distância aumentam, também pode diminuir a importância daqueles que vivem do nosso lado. Assim, o que o ciberespaço permite é um tipo de desencaixe, em comunidades não contíguas de pessoas como nós que fogem dos desafios lançados pela espacialidade material. A autora ainda questiona: O que acontece com esse espaço material que não atrai as pessoas? Pode-se inverter a pergunta: o que acontece com esse espaço imaterial que atrai cada vez as pessoas? Aposta-se aqui no efeito psicológico da internet sobre os cidadãos, como a sensação de controle, de domínio, do anonimato, de sair e entrar a hora que quiser da interação, da transposição de barreiras físicas. Contudo, todas essas características possibilitam o não envolvimento e a construção de uma rede de múltiplos circuitos com vários nós e laços fracos.

Para Dias (2008, p. 144), “*a história nos revela que a introdução das redes eletrônicas no Brasil veio atender às necessidades da acumulação capitalista, num contexto distante de uma prática real de democracia.*” Se o governo eletrônico privilegia o mercado, oferecendo mais serviços para as empresas que para os cidadãos e se a democracia eletrônica privilegia uma interação individual, não oferecendo mecanismos para que atores coletivos possam reunir no mesmo espaço virtual demandas comuns, então, o “remédio” democrático transformou em “veneno”, pois o espaço da política e das coletividades se enfraquece. Esse é o *phármakon* veneno da ciberdemocracia, no qual os espaços de negociação e conflitos não são contemplados. Assim, além de descentralização o governo eletrônico de Belo Horizonte significa *marketing* político, pois, associa-se diretamente a reforma da administração pública, a qual “repagina” o governo no intuito de demonstrar que existe uma boa governança. Nesse contexto, expor conteúdos e gerar participação encontra-se dentro das propostas desse tipo de *marketing* que passam por uma lógica econômica que, por sua vez, traz muitos benefícios como novos clientes (cidadãos) e negócios. Já Baquero (2003) diz que o *empowerment* da população é um mecanismo que falta para a existência de uma democracia de fato, pois esta não

se realizará por soluções técnicas e sim através de uma dimensão subjetiva e social. A democracia precisa de condições estruturais, pois ela não se realiza sem meios. Então na sua base não deve estar a ideia de autogoverno, mas sim do exercício de uma condição de cidadania democrática diferente, não pautada apenas no voto. Nesse sentido, ela deve ir além do caráter procedimentalista de Shumpeter que considera a democracia apenas como um aporte cheio de regras para a tomada de decisões, que precisam ser coletivas e institucionalizadas para ganhar veracidade.

Outro aspecto relevante para o debate do *phármakon* veneno é apresentado pelo pesquisador Vladimir Safatle em investigação recente¹⁰ sobre o uso da internet nas eleições de 2006 e 2008. Segundo ele, a internet não criou um espaço para debates, pois os cidadãos não estão dispostos a debater suas ideias, mas apenas divulgá-las, tendo até mesmo uma postura agressiva em momentos de crítica. Realizada nas comunidades políticas da rede social *Orkut*, a pesquisa de Safatle trouxe resultados que apontaram um baixo interesse por debates políticos. Parece, então que população não está preparada cognitivamente para esse processo. Segundo Vaz (2007), não é a rede mundial de computadores que irá modificar as práticas políticas, mas serão sim as próprias práticas que, uma vez modificadas, poderão encontrar nos portais municipais um instrumento útil ainda que incompleto para avançar na democratização das relações entre Estado e cidadãos, garantindo a participação popular ativa e não pseudopráticas coletivas. Na teoria do *phármakon* remédio da democracia eletrônica a aplicação das TICs é apresentada como uma fórmula quase perfeita de solucionar os problemas da gestão urbana. Contudo, analisando do ponto de vista do “veneno”, o uso da TICs é basicamente uma das formas na atualidade de conduzir os processos participativos através da generalização, redução e abstração da política na cidade. Nesse contexto, não se pode descartar o papel dos governantes que administram o território através de interesses pré-selecionados e nada neutros, desenvolvendo uma produção do conhecimento governamental para uma elite bem estrutura e formada. Teoricamente a proposta é um “remédio” para a gestão pública, mas na prática é diferente, pois parece que a ciberdemocracia se realiza de forma que os indivíduos saibam apenas do básico, ficando na superfície ilusória da política e da participação. Essa prática gera, então, a coisificação dos homens, que estão submersos pelo seu individualismo.

E essa faceta obscura do Estado gera o desencantamento com os governos e a política de maneira geral. Além disso, surge também a alienação dos homens criada historicamente, desencorajando ativismos mais “agressivos” e efetivos. Nesse sentido, a internet pode representar um subterfúgio para aqueles que não têm tempo ou não querem arriscar se em um processo mais longo que gerará resultados

10 <http://www.abert.org.br/site/index.php?/Clipping-2010/1o-edicao-internet-nao-criou-espaco-para-debate-diz-professor.html>. Acesso em 20 de Outubro de 2010.

mais sólidos. O *phármakon* remédio, então só ira prevalecer quando a interação dos atores sociais com o Estado for mais proeminente, pois a questão central é interação-participação e não apenas participação; os sujeitos podem participar sem interagir o que no final se torna um “veneno”.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciberdemocracia pode direcionar-se ao reducionismo técnico e pragmático das redes telemáticas na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais, para aplicá-lo na análise de situações concretas derivadas do jogo de forças no interior do estado projetada no espaço. Poder e internet possuem uma similaridade importante, pois ambos podem ser considerados como uma tecnologia que propicia o advento da sociedade da vigilância, na qual os elementos importantes não são os espaços públicos e nem a comunidade ou o coletivo, mas, sim, os interesses individuais.

O objetivo da ciberdemocracia era aumentar a participação e a importância do viver em comunidade, mas com a internet aplicada em processos políticos constata-se que: “Somos bem menos gregos que pensamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder (...) pois somos suas engrenagens.” (FOUCAULT, 2010, p.178).

Segundo Massey (2008), associar democracia eletrônica e globalização é inevitável, pois suas relações são consideráveis em virtude de suas expressões espaciais. Todavia, existe algo além do processo homogeneizador que pode ter surgido com a globalização. O fato de a tecnologia estar presente em processos políticos não quer dizer que todos responderão da mesma forma ou que ela seja essencial para a construção de uma justiça social, pois a democracia eletrônica mais que “remédio” e “veneno” têm o poder de produzir incertezas. Ela é o fenômeno político transmutado em prática em função dos usos, estratégias e intencionalidades, cujo anseio maior é a normatização dos comportamentos dos cidadãos, tal como o panóptico. Na democracia eletrônica, o que está em foco é o conceito de soberania, tentando responder quantas pessoas participam e quais recursos elas utilizaram na participação. Segundo Rodrigues (2008, p. 417), “da esfera pública também participam os que lidam com o capital volátil, os que se apropriam das infovias (redes) instaladas no espaço público e os que dominam a tecnologia.” A sociedade da informação criou o imaginário¹¹ da tecnologia associado à política, uma espécie

11 O termo imaginário está ligado à imagem e imaginação. A tradição iluminista desvalorizou a imagem e a função da imaginação, pois a realidade concreta só poderia ser apreendida pela razão. No século XX, imagem e imaginação são percebidas como faculdades de conhecimento e estado de conhecimento, essenciais em nossa relação com o mundo. O imaginário incorpora e reconstrói o real, pois é função e produto da imaginação. A realidade é recriada pelo imaginário, Castro (1997, p.155-196).

de processo civilizatório da ciberdemocracia. Todavia, a qualidade da democracia eletrônica só será possível mediante regularidade e quando ela puder influenciar de fato as decisões das políticas públicas no orçamento, planejamento, agenda temática e ações públicas dos governos, sobretudo municipal. Para sua concretização, a democracia eletrônica necessita de mecanismos que possibilitem o engajamento cívico no espaço, para produzir debates, ampliando a cultura política da população. Não se trata de autogestão, pois é impossível deliberar o tempo todo sobre vários assuntos, contudo as oportunidades devem ser incrementadas.

Nessa seara, ao se diagnosticar e analisar um contexto tão fértil quanto o da ciberdemocracia, surge a necessidade de mostrar alguns pontos sobre os avanços e os desafios que essa política apresenta para a sociedade da informação. Dessa forma, o mito da democracia eletrônica não apaga o passado, os espaços públicos e as formas tradicionais de se fazer política, mas modifica o significado do espaço político, acrescentando novos objetos e gerando novas tensões. Assim, selecionam-se os principais avanços da Ciberdemocracia que esse artigo constatou:

- planejamento participativo para a tomada de decisão e aumento do número de participantes;
- investimento em *accountability*;
- participação para além das fronteiras locais;
- novos atores no processo participativo e reforço ao engajamento presencial;
- população como agente produtor de informações e novos comportamentos políticos.

Da análise do encaminhamento das políticas de democracia eletrônica, percebe-se o interesse em conjugar demanda popular e estratégias do governo. Nesse imbricado jogo, foram constatados os seguintes desafios:

Aparentemente, o potencial interativo da internet não é aproveitado como deveria.

- O encaminhamento da política virtual conduz a alguns “venenos” e percalços, como uma prestação de contas com linguagem muito técnica, baixa regularidade de ciberparticipações e baixa procura por informações políticas.
- Dependendo do uso, o planejamento pode ser corrompido ou continuar elitista tal como é do modo tradicional.
- Nas políticas de governo eletrônico, em Belo Horizonte, constatou-se mais investimentos na relação cidadão-representante, mas pouco na relação cidadão-cidadão.
- Para um planejamento participativo, a interação é importante. Assim o não

investimento nesse quesito compromete a relação governo-sociedade.

- É pertinente não encarar o governo eletrônico apenas como veículo propaganda/publicidade.
- Resgatar as redes sociais para o engajamento e para o debate além de incrementar os mecanismos técnicos de participação.

A resolução de questões referentes à inclusão digital melhorara a gestão de conteúdo dos portais.

A evolução da ciberdemocracia encontra-se na rede de cooperação mútua, congregando um espaço público virtual onde os debates, as ideias e as demandas possam encontrar lugar como um sistema aberto modelado por redes que possuem grande flexibilidade e capacidade de mudança de acordo com a situação. Observa-se uma tendência caminhando mais para o governo eletrônico do que para a ciberdemocracia. Entretanto, fica a dúvida de até que ponto a administração pública está interessada em melhorar os recursos de participação dos cidadãos. É possível reinventar a democracia eletrônica, de modo que a esfera pública virtual se efetive, a despeito das promessas da internet, continuarem na esfera do devir. E foi para superar uma crise de representação política, que o governo criou o mito da eficiência das novas tecnologias da informação e comunicação. Assim, a democracia eletrônica requer ser inventada, pois no formato atual ela não garante que as possibilidades da relação internet e política sejam alcançadas, o que pode tornar o governo eletrônico um modismo ou *marketing* governamental. Já os aspectos culturais e cognitivos da participação são desenvolvidos na rede de computadores, entretanto os canais de participação até o momento trazem a baila os três Is, pois são insuficientes, inadequados e ineficientes. Nesse contexto, a democracia contemporânea, demanda participação e distribuição de poder, os quais podem ser fomentados através de sistemas de engenharia imateriais, como a internet, mediante inovações no processo democrático brasileiro.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, p. 83-108, nov. 2003.

BATISTA, C.M. TIC e participação cidadã na América Latina- um estudo dos legislativos locais. In: CUNHA, M.A, DUARTE, F. e FREY, K. (Orgs.). **Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999b.

BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de filosofia política**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I.E, GOMES, P.C e CORRÊA, R.L (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. (p.155-196)

CEPIK, Marco e EISENBERG, José . Internet e as instituições políticas semiperiféricas. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco. **Internet e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CHAHIN, Ali. et al E-gov.br: **A próxima revolução brasileira**: eficiência, qualidade e democracia. **São Paulo: Prentice Hall, 2004.**

COURA, Rubens. A drugstore de Platão (os psicofármacos). **Rev. Latino Americana de Psicopatologia**. Fundamental, II, 2, 11-36. 2007.

DIAS, Leila Christina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná de, CORRÊA, Roberto Lobato e GOMES, Paulo César de. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

DIAS, Márcia R. **Sob o signo da vontade popular**: o Orçamento Participativo e o dilema da Câmara Municipal de Porto Alegre. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

DICTSON, Derek e RAY, Dan. A moderna revolução democrática. Uma pesquisa objetiva sobre as eleições via Internet. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco **Internet e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

EGLER, Tâmara Tânia Cohen. A ação Política dos atores em rede no governo da cidade. In: EGLER, Tâmara Tânia Choen (org.) **Cibéropolis**: redes no governo da cidade. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

FERRER, Florência. Avaliação de custos pela inovação na prestação de serviços: emissão de carteira de identidade e de atestado de antecedentes criminais. In: CUNHA, et. al. **Governança local e as tecnologias de informação e comunicação**. Curitiba: Champagnat, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Organização de textos Manuel Barros da Motta, tradução, Vera Lúcia Avellar Ribeiro, 2ºed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOMES, Paulo César. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2ªed. **Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.**

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. V ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2005, Salvador, BA. **Anais**. Salvador: ENLEPICC, 2005, p. 1-20.

GUATTARI, F. Da produção de subjetividade. Parente (org.) **Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LEÃO, Lúcia. O labirinto e a arquitetura do ciberespaço. In: GARCIA, Wilton e NOJOSA, Urbano (orgs.). **Comunicação & tecnologia**. **São Paulo: U. N. Nojosa, 2003.**

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva. Por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos e abordagem. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola e MAIA, Rousiley. (orgs.) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e Internet. Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: CEPIK, Marco e EISENBERG, José. **Internet e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Ralfo. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, Ralfo e SOARES, Weber. (orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OROZCO, Omar Guerrero. Ingovernabilidade: disfunção e quebra estrutural. **Revista do serviço público**, ano 47, vol.120, nº2, Mai-Ago, 1996, p.47-65.

RIBEIRO, Ana Paula et. al. Dilemas urbanos: municipalidade e políticas de informação e comunicações. In: JAMBREIRO, Othon e SILVA, Helena Pereira (Orgs.). **Cidades contemporâneas e políticas de informação e comunicações**. Salvador: Edufba, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A estratégia política de apropriação de espaços públicos. In: COELHO, Maria Célia Nunes, CORRÊA, Aureanice de Melo e OLIVEIRA, Márcio Piñon. **O Brasil, A América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Carlos A. F. da e TANCMAN, Michele. A Dimensão sociespacial do ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, ano 1, nº 2, 1999.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. **Teoria do Estado: novos paradigmas em face da globalização**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- **Plano Metropolitano para a RMBH**. Disponível em: www.rmbh.org.br. Acesso em 02 de JAN de 2011.

VAZ, José Carlos. **Internet e promoção da cidadania: a contribuição dos portais municipais**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2007.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18
Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208
Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70
Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58
Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14
Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236
Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207
Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163
Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135
Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268
Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185
Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151
Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269
Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218
Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218
Geografia agrária 37, 269
Gestão empresarial 179
Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0